

Investimentos públicos em queda livre em 2019

FABIO GRANER

O investimento público tem chance não desprezível de cair abaixo de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que está para começar. O risco foi mapeado e preocupa a atual equipe econômica. E também está no radar do futuro comando.

Mesmo não sendo muito entusiasta do papel do Estado, o time chefiado pelo atual ministro Eduardo Guardia sabe que a contínua redução dos gastos em obras tem consequências negativas para uma economia em recuperação lenta e frágil.

Na equipe que será comandada por Paulo Guedes, incomoda a situação do baixo investimento na área de infraestrutura, em que predomina o setor público. "O investimento público é fundamental para infraestrutura do país. Não tem a ver com Estado maior ou menor, você hoje tem um nível de investimento que está deteriorando a infraestrutura do país", disse uma fonte da transição. Mas a leitura é de que há pouco o que se fazer, a

não ser tentar reforçar as concessões, já que o dinheiro do setor público "acabou", e o ajuste fiscal é absolutamente prioritário.

Concessões deveriam ocorrer sem o corte das obras públicas

Recentemente aprovado no Congresso, o Orçamento de 2019 prevê R\$ 36,2 bilhões de investimentos da União, em torno de 0,53% do PIB. O volume equivale ao que foi gasto de janeiro a outubro deste ano, segundo dados do Tesouro Nacional, e representa queda de 28% sobre o que estava previsto no Orçamento de 2018.

O montante aprovado, contudo, tem grandes chances de ser ainda mais comprimido, dado que foi suspenso o adiamento do reajuste dos servidores, uma despesa extra de R\$ 4,7 bilhões.

Em um ambiente no qual não se sabe muito bem como o novo governo vai operar no Congresso para viabilizar as reformas e com o

mundo entrando em uma fase mais turbulenta, ter um Orçamento que sinaliza forte contração dos investimentos é uma dor de cabeça adicional para quem espera ver a economia retomando ritmo mais robusto.

Por ora, o mercado e o atual governo apontam para expansão da atividade em torno de 2,5% em 2019. Na equipe de transição, o otimismo do guru econômico de Bolsonaro faz com que ele diga que o país pode superar os 3% e até chegar a 4% de alta.

Apesar disso, são enormes os empecilhos a um crescimento acelerado e sustentável e uma das causas disso é o sério problema dos investimentos federais. Vale notar que, em 2018, esse tipo de gasto está crescendo quase 20%, depois de três anos de fortes e contínuas reduções - causa e consequência da grave recessão. Coincidência ou não, o ritmo da economia se acelerou neste ano, ainda que modestamente, e deve fechar com alta entre 1,3% e 1,5%, ainda muito pouco para um





país com 12 milhões de desempregados e humilhante desigualdade.

O baixo volume de investimentos públicos é espelho da restrição fiscal do país, dada não só pelo déficit monumental e pela ininterrupta alta das despesas obrigatórias, mas também pela fórmula muito restritiva definida para o teto de gastos: que permite a correção das despesas totais apenas pela inflação. Nesse quadro e com os crescentes gastos previdenciários e de pessoal, as obras têm sido a variável de ajuste para que se pelo menos se cumpra as metas de déficit e não viole o teto.

Nos próximos anos, se os gastos obrigatórios não forem contidos, os investimentos devem ser ainda mais afetados. Sobrará a alternativa de estourar o teto. Esta manobra, contudo, é bastante arriscada e pode levar a uma forte turbulência financeira.

Há analistas que não enxergam problema na redução do investimento público, se ele for substituído por concessões. A questão é que os dois são muito mais complementares que substitutos. Permitir ao setor privado fazer mais obras deveria ocorrer sem redução do investimento federal, de modo a se dar mais fôlego ao crescimento, ampliando-se a oferta de infraestrutura e a competitividade do país.

De qualquer forma, é importante salientar que, mesmo com reformas e uma agenda ambiciosa de

concessões, o próximo governo deveria considerar fazer uma revisão na regra do teto de gastos. Não para estabelecer exceções que acabem invalidando o dispositivo ou para "liberar geral" no gasto, mas sim para colocar algum indexador mais razoável do que simplesmente a inflação de 12 meses, que vigora atualmente e que já está claro que não vai se sustentar, mesmo que seja feita a reforma da Previdência.

O PIB por exemplo seria um referencial mais sensato, permitindo que a despesa pública acompanhe o andamento da economia e dando mais espaço para os investimentos, sem que se abra mão do controle de gastos.

Se é verdade que o Brasil precisa fazer um ajuste fiscal, também é verdade que não é sustentável nem saudável tal nível de investimentos públicos. É um problema urgente para o novo governo olhar.

Reforma tributária

A proposta de reforma tributária aprovada no início do mês por comissão da Câmara é vista com preocupação pelo setor industrial. Apesar de os empresários demandarem ampla mudança no sistema de impostos e contribuições, o texto do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que servirá de base para qualquer discussão de reforma no ano que vem, é visto com cautela.

Nota técnica elaborada pela Confederação Nacional da Indústria

(CNI), obtida pelo Valor, reconhece que a proposta de Hauly aproxima o Brasil do padrão internacional. Mas enxerga problemas que podem impedi-la de produzir ganhos efetivos, porque manterá o sistema cumulativo sobre insumos fundamentais do setor, como energia e combustíveis.

"Em 2015, segundo cálculos da CNI, 7,14% da carga tributária total gerada pelo atual sistema tributário foi recolhida através de incidências cumulativas existentes nos tributos extintos pela proposta de reforma tributária. Com o novo sistema proposto, estimamos que 6,62% da carga tributária total passaria ser gerada por incidências cumulativas provocadas pelo Imposto Seletivo", completa.

Vale lembrar que a equipe econômica de Jair Bolsonaro trabalha em uma proposta de reforma ainda mais ambiciosa, que criaria um imposto único, que lembra a CPMF.

Já está claro que, como sempre, mudar o sistema tributário brasileiro será uma batalha árdua e com grandes chances de frustração. Talvez a saída seja mesmo o caminho gradualista defendido pelo atual secretário da Receita, Jorge Rachid.

Fabio Graner é repórter. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Ribamar Oliveira

E - m a i l :
fabio.graner@valor.com.br

Alto escalão da Infraestrutura será formado por técnicos

Por Daniel Rittner | De Brasília

O futuro ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, definiu seus principais auxiliares na pasta. São nomes técnicos, com experiência no setor de transportes e sem nenhuma influência de partidos políticos nas indicações.

A única "exceção", de certa forma, é o ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Valmir Campelo. Ex-senador pelo Ceará, ele vai presidir a Valec. O novo governo pretende leiloar a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, as duas principais obras com envolvimento da estatal, o que demandará forte interação com o órgão de controle.

O plano é, depois disso, extinguir a empresa. Trata-se, no entanto, de um processo que pode levar mais de um ano. Freitas tem dito a interlocutores que a escolha de Campelo se deve ao bom trânsito dele com o TCU e à experiência na área de compliance.

A ex-diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Natália Marcassa, atual subchefe de articulação e monitoramento da Casa Civil, ficará à frente da Secretaria de Planejamento, Fomento e Parcerias.

Entre suas atribuições, estará a modelagem para concessões de rodovias e ferrovias.

O engenheiro Diogo Piloni vai ocupar a Secretaria de Portos, feudo do PMDB nas gestões Dilma Rousseff e Michel Temer, quando teve boa parte do tempo preenchida por indicados da família Barbalho. Piloni já foi gerente de estudos na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e hoje atua na área técnica do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Cuidará dos arrendamentos de terminais e dos preparativos para privatizar as Companhias Docas.

Ainda no setor portuário, Casemiro Tércio Carvalho deverá presidir a Codesp, estatal que administra o Porto de Santos. Ex-diretor do Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo, durante os dois últimos mandatos de Geraldo Alckmin (PSDB), ele tornou-se sócio de uma empresa de estruturação de projetos com foco na área de portos.

O economista Ronei Glanzmann ficará com a Secretaria de Aviação Civil (SAC) e terá as concessões de aeroportos como uma de suas principais missões. Ele atua há anos na SAC, onde participou das últimas rodadas de concessão e hoje exerce o cargo de diretor de política

regulatória. Ele já integrou o conselho de administração da Inframérica, operadora do aeroporto de Brasília, na condição de representante da Infraero (sócia com 49% de participação).

O brigadeiro Hélio Paes Barros, diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), chefiará a Infraero. A estatal terá como diretora Martha Seillier, que é chefe da assessoria especial da Casa Civil.

No Ministério de Minas e Energia (MME), Marisete Dadald está praticamente fechada como secretária-executiva. Chefe da assessoria econômica do MME, ela já ocupou a função nas gestões de vários ministros - Edison Lobão, Eduardo Braga, Fernando Coelho Filho e Moreira Franco. Bruno Eustáquio Carvalho, engenheiro civil pela UFMG, deve ser o secretário-executivo-adjunto. Ele vinha trabalhando como um dos diretores do PPI.

No início da semana, o almirante havia sondado o consultor legislativo Fábio Gondim para ser o "número 2" do MME. Ex-secretário de Planejamento do Maranhão e de Saúde do Distrito Federal, ele teve o nome abortado depois da repercussão negativa.

Temer deve sancionar Orçamento

Por Andrea Jubé e Carla Araújo
| De Brasília

A cinco dias do fim do mandato, o presidente Michel Temer ainda tem sobre a mesa de seu gabinete mais de 20 projetos em fase de sanção, incluindo a proposta de lei orçamentária de 2019. Um dos itens que deixa empresários em alerta é o projeto que prorroga até 2023 os incentivos fiscais para empresas que investirem nas áreas de influência das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). Ainda nesse prazo, é aguardado o decreto de indulto natalino.

O prazo para sanção da lei orçamentária expira em 15 de janeiro, mas Temer não deve deixar a missão para o sucessor Jair Bolsonaro. Embora tenha sido aprovado pelo Congresso no dia 19, somente ontem a matéria chegou ao Planalto. Como a proposta foi aprovada em votação simbólica, e decorre de acordo costurado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), sem uma oposição veemente da minoria, Temer deverá sancionar a matéria.

Alinhado ao governo Temer, o relator do orçamento, senador

Waldemir Moka (MDB-MS), promoveu uma alteração que garantirá ao Bolsa Família um repasse direto de mais R\$ 9,3 bilhões. Essa mudança diminuiu a dependência de créditos complementares futuros para chegar aos R\$ 29,5 bilhões para o atendimento das 13,6 milhões de famílias beneficiárias. A receita do programa é questão relevante para o presidente eleito Jair Bolsonaro, que prometeu o pagamento de uma 13ª parcela do benefício durante a campanha.

Temer também deverá decidir sobre eventual veto à proposta que estendeu até dezembro de 2023 um incentivo fiscal bilionário, que concede desconto de 75% sobre o imposto de renda de empresas que investirem nas áreas de influência da Sudam e da Sudene. Os parlamentares ampliaram a bondade a quem investir na área de influência da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Esse incentivo, que não existe hoje, geraria um impacto adicional de R\$ 15 bilhões nas contas públicas em cinco anos.

No governo, a expectativa é de um veto parcial à extensão do incentivo fiscal aos investimentos na área da Sudeco. No Congresso, a

bancada do PSL, partido de Bolsonaro, votou contra a proposta por causa do rombo fiscal. O custo desse estímulo - que existe desde 2001 - é de R\$ 2,1 bilhões para as empresas da Sudam e R\$ 3,2 bilhões para as da Sudene. A dedução fiscal já está contemplada no orçamento de 2019.

Hoje Temer deve sancionar o projeto que permite o uso de até 5% dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para as Santas Casas e hospitais filantrópicos. Atualmente, as instituições acessam recursos no mercado com taxas de juros entre 19% a 22% ao ano. Com a nova regra, os juros serão reduzidos para 8,66% ao ano. As linhas de crédito serão operadas pela Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES.

Contudo, uma pendência sensível para o setor financeiro ficará para Jair Bolsonaro: a sanção do projeto de lei que muda a relação financeira entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, aprovado no apagar das luzes do Congresso na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, em caráter terminativo. O projeto torna mais transparente a relação financeira entre o Banco Central e o Tesouro.

Realismo chegará no primeiro corte

Ao fim de fevereiro, quando fizer o primeiro relatório de avaliação bimestral do cumprimento de metas fiscais, o governo terá que bloquear R\$12 bilhões de receita e despesa. É o dinheiro previsto no Orçamento que viria da privatização da Eletrobras. A venda está paralisada, e sobre ela não há consenso dentro da administração Bolsonaro. O presidente eleito já se manifestou contra, certa vez, mas integrantes da equipe econômica se comportam como se a venda das ações da holding elétrica fosse favas contadas.

Este é apenas um dos vários momentos em que a realidade vai mostrar sua face para os que estão chegando ao poder. Depois dessa transição cheia de ruídos e com uma comunicação confusa, para dizer o mínimo, espera-se que os integrantes do governo Bolsonaro consigam aterrissar. Há alguns que permanecem em órbita, ou vociferando contra problemas inexistentes ou achando que tudo vai acontecer num passe de mágica após a posse.

O governo Bolsonaro poderá contar com várias boas heranças. O realismo orçamentário é uma delas. Esse é o primeiro Orçamento aprovado quase integralmente igual à proposta enviada pelo Executivo. Os congressistas costumavam puxar o crescimento do PIB para inflar a

receita e assim abrir espaço para criar novas despesas. Isso obrigava o governo a contingenciar os gastos, logo no início de cada ano. A receita líquida do Orçamento é de R\$ 1.299,7 bilhões e a despesa primária é de R\$ 1.438,7 bilhões, os mesmos valores da proposta inicial.

Desta vez terá que bloquear o valor referente à venda da Eletrobras que estava prevista desde o projeto da LDO. Houve atrasos no processo de venda pelos mais variados motivos, mas também há visões antagônicas sobre os limites da privatização dentro da nova administração. O próprio presidente eleito disse que não a privatizaria e argumentou que quem vende agalinhado fundo do quintal fica sem os ovos quando precisa.

Na equipe econômica prepara-se um plano de privatização, sem qualquer garantia de que isso terá a aprovação do presidente.

Ainda que todos se ponham de acordo sobre o caso da Eletrobras, e mesmo se forem ultrapassados todos os obstáculos judiciais, nada vai avançar muito até o fim de fevereiro. Portanto, o governo não poderá contar com essa receita e os técnicos aconselharão à nova equipe econômica a bloquear R\$ 12 bilhões do Orçamento, o que vai apertar diversas áreas. Há também o custo

da decisão do ministro Ricardo Lewandowski que impõe o aumento dos salários dos servidores federais.

Na economia, é preciso que o futuro governo encontre a realidade rapidamente, deixando o discurso de palanque e o voluntarismo da transição para trás. O tempo internacional está virando. Nos últimos dias houve quedas fortes das bolsas internacionais pelas muitas dúvidas em relação aos Estados Unidos.

As bolsas tiveram um pregão mais calmo, ontem, após o susto do dia 25. Tóquio abriu no Natal e seu principal índice afundou 5,01%. Na quarta-feira, subiu apenas 0,89%. Outras bolsas corrigiram seus preços no dia 26. China e Coreia do Sul tiveram quedas. Os índices americanos Nasdaq e o Dow Jones, por sua vez, subiam no fim do dia. O petróleo, após despencar nas últimas semanas, avançou e puxou as empresas do setor. O Ibovespa reduziu as perdas com a alta da Petrobras no final do pregão.

Esses ativos escaparam da queda do dia 25, mas o prognóstico é preocupante. O presidente americano continua sendo fonte de muitas incertezas na economia mundial. O ato mais recente foi dizer que o "único problema" da economia dos EUA é o banco central de lá,





que indicou duas altas nos juros para 2019. O presidente ensaia uma impensável guerra aberta contra Fed, uma instituição ícone de bancos centrais independentes. O diagnóstico de Trump, mais uma vez, está errado. As crises comerciais que ele alimenta e o aumento de gastos promovido pela sua gestão estão cobrando a conta. O importante para nós é que os efeitos disso atingirão os países emergentes.

Todo governo que começa recebe um voto de confiança, mas ele não dura para sempre. É preciso que esse capital político seja bem usado nos projetos mais importantes. Se a conjuntura internacional ficar mais volátil, esse tempo será encurtado.